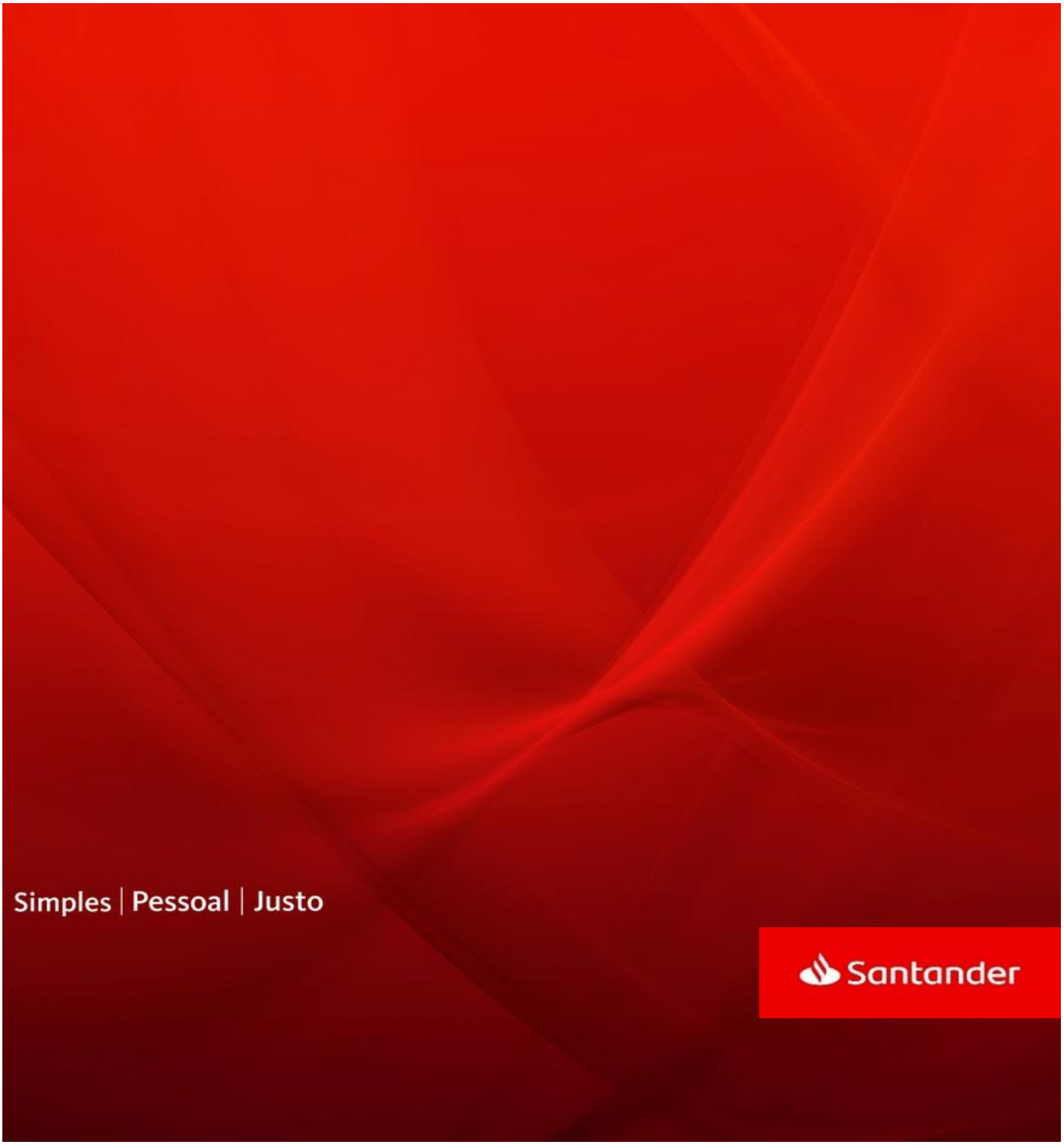
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Demonstrações Financeiras Preparadas de Acordo com Políticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

31 de dezembro de 2021



Índice Páginas

Relatório da Administração 1
Relatório do Auditor Independente 3
Balanço Patrimonial 6
Demonstração do Resultado 8
Demonstração do Resultado Abrangente 9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 10
Demonstração do Fluxo de Caixa 11
1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras 12
2. Principais Políticas Contábeis 12
3. Caixa e Equivalentes de Caixa 17
4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez 17
5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos 18
6. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas 19
7. Ativos e Passivos Fiscais 21
8. Outros Ativos 23
9. Participações em Coligadas e Controladas 23
10. Imobilizado de Uso 24
11. Recursos de Debêntures 24
12. Outros Passivos 24
13. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias 25
14. Patrimônio Líquido 26
15. Partes Relacionadas 27
16. Outras Despesas Administrativas 28
17. Outras Receitas Operacionais 29
18. Outras Despesas Operacionais 29
19. Resultado não Operacional 29
20. Outras Informações 29
Composição da Administração 31

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A (Banco Santander).

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$11.172 milhões (31/12/2020 - R$5.833 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2021 foi de R$373 milhões (2020 - R$78 milhões).

Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Banco Bandepe S.A. (Bandepe) pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações"). A Incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R$5.365.189.080,65 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, oitenta reais e sessenta e cinco centavos), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totais atingiram R$12.900 milhões (31/12/2020 - R$7.129 milhões). Desse montante, R$50 milhões (31/12/2020 - R$222 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R$2.423 milhões (31/12/2020 - R$2.825 milhões) por títulos e valores mobiliários e R$2.533 milhões (31/12/2020 - R$2.096 milhões) pela carteira de arrendamento.

O montante dos recursos captados é de R$326 milhões (31/12/2020 - R$312 milhões) representado por debêntures.

Conjuntura Econômica

Ao final do quarto trimestre de 2021, o Banco Santander (Controlador da Santander Leasing) observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 4,7% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é menor à observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou aquém do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,34% para o terceiro trimestre de 2021, enquanto o número observado foi de contração de 0,1% nos mesmos termos. Contudo, os dados de atividade econômica divulgados vieram em linha com a estimativa do Santander para o crescimento do PIB no trimestre anterior, e reforçaram a expectativa do Banco de que a economia brasileira crescerá 4,7% em 2021.

No terceiro trimestre, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 10,06%, patamar acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e superior ao valor interanual de 9,6% projetado pelo Santander para o ano de 2021. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 5,25% a.a. para 6,25% a.a. no terceiro trimestre e tenha estendido o ciclo de alta no quarto trimestre, quando a Selic atingiu o patamar de 9,25% a.a. na reunião do Copom de dezembro de 2021. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,25% a.a. ao final de 2022 e poderá recuar para 9,00% a.a. no encerramento de 2023.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o terceiro trimestre de 2021 cotada a R$5,44/US$. Ou seja, acima da cotação de R$5,00/US$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real perdurou no quarto trimestre, com a taxa de câmbio encerrando 2021 em R$5,58/US$, e está alinhada com a previsão do Santander de que a ela encerrará o ano de 2022 cotada a R$5,70/US$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou menos favorável do que nos períodos anteriores, tendo os seguintes temas como destaques: 1) início da redução dos estímulos monetários por parte do banco central norte-americano e; 2) aumento dos casos de coronavírus em virtude da nova variante ômicron (especialmente na Europa), o que poderia implicar na volta de restrições de mobilidade mais rigorosas. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação da PEC dos Precatórios, que mudará a estrutura fiscal e; 2) continuidade das pressões inflacionárias, condicionando o contexto econômico vigente.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Leasing na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, a Santander Leasing informa que no período de acumulado findo em 31 de dezembro de 2021, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a Santander Leasing confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 24 de março de 2022

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Balanço Patrimonial

	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		**1.093.274**	**1.135.935**
Disponibilidades	**3&15.d**	**7.853**	**10.949**
Instrumentos Financeiros		**50.418**	**221.843**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4&15.d	50.418	221.843
Operações de Arrendamento Mercantil	**6**	**1.015.408**	**901.074**
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	**6.f**	**(7.468)**	**(6.856)**
Outros Ativos	**8**	**27.063**	**8.925**
Ativo não Circulante		**11.806.771**	**5.993.556**
Instrumentos Financeiros		**2.423.063**	**2.824.908**
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	2.423.063	2.824.908
Operações de Arrendamento Mercantil	**6**	**1.517.596**	**1.195.166**
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	**6.f**	**(13.483)**	**(9.601)**
Outros Ativos	**8**	**946.575**	**869.726**
Ativos Fiscais	**7.a**	**1.058.146**	**842.754**
Correntes		244.779	238.098
Diferidos		813.367	604.656
Investimentos		**5.874.874**	**270.603**
Participações em Coligadas e Controladas	9	5.874.874	270.603
Imobilizado de Uso	**10**	**-**	**-**
Imóveis de Uso		1.387	1.387
Outras Imobilizações de Uso		17	17
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)
Total do Ativo		**12.900.045**	**7.129.491**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Balanço Patrimonial

	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante		**163.764**	**87.810**
Instrumentos Financeiros		**1.807**	**2.767**
Outros Passivos Financeiros	15.d	1.807	2.767
Outros Passivos		**83.943**	**69.097**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	13.b	42.514	47.835
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	13.b	6.585	3.307
Outras Provisões	12	2.742	2.620
Diversos	12	32.102	15.335
Passivos Fiscais Correntes	**7.b**	**78.014**	**15.946**
Passivo não Circulante		**1.564.253**	**1.208.732**
Instrumentos Financeiros		**624.750**	**312.469**
Depósitos		298.548	-
Recursos de Debêntures	11&15.d	326.202	312.469
Outros Passivos		**670.756**	**655.606**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	13.b	670.570	653.213
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	13.b	186	2.393
Passivos Fiscais	**7.b**	**268.747**	**240.657**
Correntes		-	4.849
Diferidos		268.747	235.808
Patrimônio Líquido	**14**	**11.172.028**	**5.832.949**
Capital Social:			
De Domiciliados no País		10.085.219	4.720.030
Reservas de Lucros		1.436.119	1.084.803
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(349.310)	28.116
Total do Passivo		**12.900.045**	**7.129.491**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração do Resultado

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira		**357.846**	**613.365**	**382.203**
Operações de Arrendamento Mercantil		129.497	230.160	215.020
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		228.349	383.205	198.049
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	(30.866)
Despesas da Intermediação Financeira		**(20.226)**	**(30.953)**	**(15.939)**
Operações de Captação no Mercado	15.d	(15.887)	(19.866)	(9.656)
Operações de Empréstimos e Repasses		(281)	(350)	(2.636)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	(4.058)	(10.737)	(3.647)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**337.620**	**582.412**	**366.264**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**61.311**	**46.490**	**(221.352)**
Receitas de Prestação de Serviços		570	1.243	1.241
Outras Despesas Administrativas	16	(6.186)	(12.105)	(13.793)
Despesas Tributárias	7.d	(31.916)	(52.336)	(29.480)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9	98.128	109.471	(53.754)
Outras Receitas Operacionais	17	24.324	47.168	47.633
Outras Despesas Operacionais	18	(23.609)	(46.951)	(173.199)
Resultado Operacional		**398.931**	**628.902**	**144.912**
Resultado não Operacional	**19**	**(827)**	**866**	**6.326**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**398.104**	**629.768**	**151.238**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.c**	**(170.628)**	**(257.217)**	**(72.942)**
Provisão para Imposto de Renda		(47.221)	(70.708)	(36.361)
Provisão para Contribuição Social		(55.310)	(80.535)	(36.027)
Ativo Fiscal Diferido		(68.097)	(105.974)	(554)
Lucro Líquido		**227.476**	**372.551**	**78.296**
Número de Ações (Mil)	14.a	164.245	164.245	84.951
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		1.384,98	2.268,26	921,66

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração do Resultado Abrangente

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido	**227.476**	**372.551**	**78.296**
Outros Resultados Abrangentes			
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(418.280)	(659.279)	(9.866)
Imposto de Renda e Contribuição Social	176.610	281.853	6.213
Resultado Abrangente	**(14.194)**	**(4.875)**	**74.643**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**4.720.030**	**398.931**	**612.039**	**31.769**	**-**	**5.762.769**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(3.653)	-	(3.653)
Lucro Líquido		-	-	-	-	78.296	78.296
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	3.915	-	-	(3.915)	-
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	-	(4.463)	(4.463)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	34.959	-	(34.959)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	34.959	-	(34.959)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**4.720.030**	**402.846**	**681.957**	**28.116**	**-**	**5.832.949**
Mutações no Exercício		**-**	**3.915**	**69.918**	**(3.653)**	**-**	**70.180**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**4.720.030**	**402.846**	**681.957**	**28.116**	**-**	**5.832.949**
Aumento de Capital	14.a	5.365.189	-	-	-	-	5.365.189
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(377.426)	-	(377.426)
Lucro Líquido		-	-	-	-	372.551	372.551
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	18.628	-	-	(18.628)	-
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	-	(21.235)	(21.235)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	166.344	-	(166.344)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	166.344	-	(166.344)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**10.085.219**	**421.474**	**1.014.645**	**(349.310)**	**-**	**11.172.028**
Mutações no Exercício		**5.365.189**	**18.628**	**332.688**	**(377.426)**	**-**	**5.339.079**
Saldos em 30 de junho de 2021		**10.085.219**	**410.100**	**819.778**	**(107.640)**	**-**	**11.207.457**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(241.670)	-	(241.670)
Lucro Líquido		-	-	-	-	227.476	227.476
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	11.374	-	-	(11.374)	-
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	-	(21.235)	(21.235)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	97.433	-	(97.433)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	97.434	-	(97.434)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**10.085.219**	**421.474**	**1.014.645**	**(349.310)**	**-**	**11.172.028**
Mutações no Semestre		**-**	**11.374**	**194.867**	**(241.670)**	**-**	**(35.429)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		**227.476**	**372.551**	**78.296**
Ajustes ao Lucro Líquido		**(20.753)**	**26.557**	**211.309**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	4.058	10.737	3.647
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	13.c	15.230	31.129	164.706
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	13.c	11.991	18.816	10.412
Tributos Diferidos		68.098	106.081	162
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9	(98.128)	(109.471)	53.754
Constituição (Reversão) de Provisão para ativos não Financeiros Mantidos para Venda		(43)	(213)	280
Resultado na Alienação de Valores e Bens		(9)	(1.239)	(182)
Atualização de Depósitos Judiciais	17	(17.563)	(22.632)	(17.564)
Atualização de Impostos a Compensar	17	(4.387)	(6.651)	(3.906)
Variações em Ativos e Passivos		**(171.582)**	**(484.437)**	**(199.112)**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		44.530	80.017	1.173.567
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(162.714)	(256.845)	(1.321.753)
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		(336.135)	(442.043)	6.654
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(336)	(2.792)	(93)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(66.582)	(69.565)	13.793
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(4.293)	(29)	6.932
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras		(344)	(960)	(5.087)
Aumento (Redução) em Depósitos		298.548	298.548	-
Aumento (Redução) em Recursos de Debêntures		9.769	13.733	(62.908)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(7.479)	(161.720)	(24.211)
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		107.617	156.389	73.566
Imposto Pago		(54.163)	(99.170)	(59.572)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**35.141**	**(85.329)**	**90.493**
Atividades de Investimento				
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	9	(90.200)	(90.200)	-
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		118	488	486
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	9	85.000	85.000	-
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento		**(5.082)**	**(4.712)**	**486**
Atividades de Financiamento				
Dividendos Pagos	14.b	-	(4.463)	(2.679)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**-**	**(4.463)**	**(2.679)**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**30.059**	**(94.504)**	**88.300**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**3**	**28.212**	**152.775**	**64.475**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**3**	**58.271**	**58.271**	**152.775**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo – SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

b) Reestruturação Societária

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing, que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing.

Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações"). A Incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R$5.365.189.080,65 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, oitenta reais e sessenta e cinco centavos), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.

c) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021, na reunião realizada em 24 de março de 2022.

2. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia

até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN n° 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

g.1) Reestruturação de Operação de Crédito

A Resolução CMN 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN n° 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela resolução 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

k) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.g) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20 % com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

n) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

o) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

p) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados

A Resolução CMN n° 4.797 foi revogada e substituída pela Resolução CMN n° 4.820, a qual foi alterada pela Resolução CMN nº 4.885, que passou a vigorar em 23 de dezembro de 2020, e com elas, ficou determinado que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:
(i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima dos seguintes valores:
(a) o montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;
(b) o montante equivalente.
(1) ao dividendo mínimo obrigatório, estabelecido pelo art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações; ou
(2) à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;
(ii) recomprar ações próprias (será permitia apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução);
(iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;
(iv) aumentar quaisquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;

Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução CMN n° 4.797 (em 06 de abril de 2020) a 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

q) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

r) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 20.

s) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco

Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	**7.853**	**10.949**	**8.466**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**50.418**	**141.826**	**56.009**
Aplicações no Mercado Aberto	-	71.421	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	50.418	70.405	56.009
Total	**58.271**	**152.775**	**64.475**

As informações relativas a 31 de dezembro de 2019 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

		31/12/2021	31/12/2020
	Até 3 Meses	**Total**	**Total**
Aplicações no Mercado Aberto	**-**	**-**	**151.438**
Posição Bancada	**-**	**-**	**151.438**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	80.017
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	71.421
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**50.418**	**50.418**	**70,405**
Total	**50.418**	**50.418**	**221.843**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

Resumo da Carteira por Categorias e Abertura por Vencimento

			31/12/2021	31/12/2020	Abertura por Vencimento	31/12/2021
	Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	De 1 a 3 anos	Total
Títulos Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.032.607	(609.544)	2.423.063	2.824.908	2.423.063	2.423.063
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**3.032.607**	**(609.544)**	**2.423.063**	**2.824.908**	**2.423.063**	**2.423.063**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

b) Instrumentos Financeiros – Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basiléia do Bacen. A Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais hedges.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições. O quadro resumo apresentado abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira banking, para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2021, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira Banking

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré - Fixadas	(15.915)	(200.878)	(356.034)
Total [(1)]		**(15.915)**	**(200.878)**	**(356.034)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10 bps nas curvas de juros.
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

6. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira

	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Arrendamento Mercantil [1]	2.533.004	2.096.240
Total	**2.533.004**	**2.096.240**

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	31/12/2021	31/12/2020
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	2.846.063	2.369.566
Arrendamentos a Receber	1.919.304	1.737.930
Valores Residuais a Realizar [1]	926.759	631.636
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.917.884)	(1.736.359)
Valores Residuais a Balancear	(926.759)	(631.636)
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	957	1.052
Imobilizado de Arrendamento	4.355.297	3.508.663
Credores por Antecipação de Valor Residual	(1.824.670)	(1.415.046)
Total da Carteira de Arrendamento	**2.533.004**	**2.096.240**

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

c) Carteira por Vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
Vencidas	3.453	2.620
A Vencer:		
Até 3 Meses	284.775	264.264
De 3 a 12 Meses	730.633	636.810
Acima de 12 Meses	1.514.143	1.192.546
Total	**2.533.004**	**2.096.240**

d) Carteira por Setor de Atividades

	31/12/2021	31/12/2020
Setor Privado		
Indústria	512.246	466.215
Comércio	602.760	577.445
Instituições Financeiras	1.944	671
Serviços e Outros	1.308.146	969.094
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	42.220	9.523
Agricultura	64.788	72.094
Setor Público		
Governo Municipal	900	1.198
Total	**2.533.004**	**2.096.240**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

					31/12/2021
Nível de Risco	**% Provisão Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal [1]**	**Carteira Total**	**Provisão Requerida**
AA	-	1.648.958	-	1.648.958	-
A	0,5%	443.643	-	443.643	2.218
B	1%	386.259	98	386.357	3.864
C	3%	21.887	4.359	26.246	789
D	10%	11.387	1.235	12.622	1.262
E	30%	320	941	1.261	378
F	50%	28	2.072	2.100	1.050
G	70%	102	1.321	1.423	996
H	100%	5.812	4.582	10.394	10.394
Total		**2.518.396**	**14.608**	**2.533.004**	**20.951**

					31/12/2020
Nível de Risco	**% Provisão Mínima Requerida**	**Curso Normal**	**Curso Anormal [1]**	**Carteira Total**	**Provisão Requerida**
AA	-	1.618.322	-	1.618.322	-
A	0,5%	357.646	-	357.646	1.788
B	1%	72.528	-	72.528	725
C	3%	22.706	2.982	25.688	770
D	10%	4.312	1.749	6.061	606
E	30%	1.715	958	2.673	802
F	50%	1.104	403	1.507	754
G	70%	270	2.407	2.677	1.874
H	100%	6.547	2.591	9.138	9.138
Total		**2.085.150**	**11.090**	**2.096.240**	**16.457**

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo Inicial	**16.457**	**21.173**
Constituições (Reversões)	10.737	3.647
Baixas	(6.243)	(8.363)
Saldo Final	**20.951**	**16.457**
Créditos Recuperados [1]	**5.384**	**12.063**

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil

g) Créditos Renegociados

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Renegociados	5.058	4.592
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.578)	(2.906)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	70,7%	63,3%

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

7. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Corrente e Diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Fiscais Diferidos	813.367	604.656
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	244.779	238.098
Total	**1.058.146**	**842.754**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldo em			Saldo em
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição	Realização	31/12/2021
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	281.012	277.879	111.152	7.046	(5.793)	112.405
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	21.049	17.209	6.848	8.587	(7.051)	8.384
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	670.571	658.062	240.267	5.678	(675)	245.270
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	-	6.756	979	-	(979)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedge de Fluxo de Caixa	1.800.288	-	-	260.824	-	260.824
Outras Provisões Temporárias	60.345	57.544	16.754	1.121	-	17.875
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**2.833.265**	**1.017.450**	**376.000**	**283.256**	**(14.498)**	**644.758**
Prejuízos Fiscais	33.407	224.001	228.656	-	(60.047)	168.609
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos	**2.866.672**	**1.241.451**	**604.656**	**283.256**	**(74.545)**	**813.367**

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Santander Leasing não possui ativos fiscais diferidos não ativados.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					31/12/2021
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
Ano	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2022	65.694	40.626	7.086	66.408	179.814
2023	156.387	71.748	7.086	35.350	270.571
2024	62.057	38.494	7.086	30.006	137.643
2025	39.691	23.130	7.086	35.428	105.335
2026	72.575	39.980	-	1.417	113.972
2027 a 2031	841	5.191	-	-	6.032
Total	**397.245**	**219.169**	**28.344**	**168.609**	**813.367**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R$764.663 (31/12/2020 - R$551.813) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidas

	31/12/2021	31/12/2020
Passivos Fiscais Diferidos	268.747	235.808
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	64.941	12.817
Impostos e Contribuições a Pagar	13.073	7.978
Total	**346.761**	**256.603**

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldo em			Saldo em
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição	Realização	31/12/2021
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda [1]	-	145.152	21.029	-	(21.029)	-
Superveniência de Arrendamento Mercantil	924.624	708.751	177.188	53.968	-	231.156
Outros	96.977	93.977	37.591	-	-	37.591
Total	**1.021.601**	**947.880**	**235.808**	**53.968**	**(21.029)**	**268.747**

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

			31/12/2021
	Diferenças Temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2022	123.409	4.699	128.108
2023	123.409	4.699	128.108
2024	7.832	4.699	12.531
Total	**254.650**	**14.097**	**268.747**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**629.768**	**151.238**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% (2020 – 25% e 15%), Respectivamente [1]	**(271.813)**	**(60.495)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	48.695	(21.502)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	4.149	6.503
Juros sobre Capital Próprio	(45.000)	-
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(1.099)	-
Ajustes CSLL 5%	5.797	-
Demais Ajustes	2.054	2.552
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(257.217)**	**(72.942)**

(1) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

d) Despesas tributárias

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Atualização de Impostos e Contribuições [1]	11.805	5.996
Despesas com Cofins	21.027	6.280
Despesas com ISS	16.084	15.918
Despesas com PIS/Pasep	3.417	1.237
Outras	3	49
Total	**52.336**	**29.480**

(1) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da lei 9.718/1998.

8. Outros Ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	834.501	752.635
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	14	249
Para Interposição de Recursos Cíveis	31.018	34.113
Outros	1.589	3.772
Despesas Antecipadas	4.519	1.728
Pagamentos a Ressarcir	66	66
Outros	101.931	86.088
Total	**973.638**	**878.651**

9. Participações em Coligadas e Controladas

				31/12/2021
		Quantidade de Ações Possuídas (Mil)		
Investimento	**Atividade**	**Ações Ordinárias**	**Ações Preferenciais**	**Participação Direta**
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	33	33	0,000002%
Banco Bandepe S.A. (Bandepe) [1]	Banco	3.589	-	100,0000%
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (PI DTVM)	Leasing	348	-	100,0000%

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor dos Investimentos	
Investimento	**31/12/2021**	**01/01 a 31/12/2021**	01/01 a 31/12/2020	**31/12/2021**	31/12/2020
Santander CCVM	807.096	85.023	90.867	2	1
Bandepe [1]	5.409.472	149.017	-	5.409.472	-
PI DTVM [2]	465.400	(35.402)	(53.754)	465.400	270.602
Total dos investimentos				**5.874.874**	**270.603**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	Resultado da Equivalência Patrimonial	
Investimento	**01/01 a 31/12/2021**	01/01 a 31/12/2020
Bandepe (1) (3)	144.873	-
PI DTVM (2)	(35.402)	(53.754)
Total dos investimentos	**109.471**	**(53.754)**

(1) Em 27 de maio de 2021, a Santander Leasing incorporou a totalidade das ações do Bandepe (Nota 1.b).
(2) Em17 de dezembro de 2021 a PI DTVM aumentou o Capital Social no valor de R$90.200
(3) Em 31 de dezembro de 2021, o resultado da equivalência patrimonial inclui juros sobre capital próprio recebidos.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está composto, principalmente, por edificações e totalmente depreciado.

11. Recursos de Debêntures

Debêntures	**Emissão**	**Vencimento**	**Quantidade**	**Valor de Emissão**	**Taxa de Juros (a.a.)**	**31/12/2021**	31/12/2020
Debêntures	jan/15	jan/35	100.000.000	10.000.000	100,0% CDI	17.006.378	16.290.392
Debêntures	ago/06	ago/36	410.000	4.100.000	100,0% CDI	16.299.387	15.613.166
Debêntures	jun/07	jun/37	410.000	4.100.000	100,0% CDI	14.703.825	14.084.779
Debêntures (1)	jul/12	jul/32	500.000.000	5.000.000	100,0% CDI	8.497.685	8.139.924
Debêntures	jun/05	jun/35	150.000	1.500.000	100,0% CDI	7.214.432	6.910.697
Debêntures	mar/06	mar/36	150.000	1.500.000	100,0% CDI	6.337.225	6.070.422
Debêntures	abr/06	abr/21	100.000	1.000.000	100,0% CDI	-	3.627.325
Total						**70.058.932**	**70.736.705**
(-) Debêntures em Tesouraria							
Debêntures	jan/15	jan/35	99.982.824	9.998.282	100,0% CDI	(17.003.457)	(16.287.594)
Debêntures	ago/06	ago/36	409.260	4.092.600	100,0% CDI	(16.269.968)	(15.584.986)
Debêntures	jun/07	jun/37	406.379	4.063.790	100,0% CDI	(14.573.965)	(13.960.386)
Debêntures	jul/12	jul/32	399.504.270	3.995.043	100,0% CDI	(8.465.989)	(8.109.562)
Debêntures	jun/05	jun/35	147.409	1.474.090	100,0% CDI	(7.089.815)	(6.791.327)
Debêntures	mar/06	mar/36	149.818	1.498.180	100,0% CDI	(6.329.536)	(6.063.056)
Debêntures	abr/06	abr/21	100.000	1.000.000	100,0% CDI	-	(3.627.325)
Total em Circulação						**326.202**	**312.469**

(1) A Santander Leasing realizou o cancelamento de 99.000.000 debêntures no valor de emissão de R$9.010.000.

12. Outros Passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	6.771	5.700
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 13.b)	713.084	701.048
Sociais e Estatutárias	21.236	4.462
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.742	2.620
Outras	10.866	10.873
Total	**754.699**	**724.703**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

13. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 2.k)

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.c)	713.084	701.048
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos – Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.c)	6.771	5.700
Total	**719.855**	**706.748**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2021		01/01 a 31/12/2020	
	Fiscais	**Cíveis**	**Fiscais**	**Cíveis**
Saldo Inicial	**701.048**	**5.700**	**545.539**	**9.097**
Constituição Líquida de Reversão	4.553	26.576	151.549	13.157
Atualização Monetária (1)	16.870	1.946	9.387	1.025
Baixas por Pagamento	(9.387)	(27.451)	(5.427)	(17.579)
Saldo Final	**713.084**	**6.771**	**701.048**	**5.700**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	567.624	5.659	555.963	601
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**567.624**	**5.659**	**555.963**	**601**

(1) Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.
(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Leasing com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Leasing tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R$622.447 (31/12/2020 - R$610.642) a Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As Ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram em R$491.766 e as cíveis em R$9.563

O principal processo de natureza tributária se refere a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil em relação aos exercícios de 2009 a 2012, por falta de recolhimento de PIS e Cofins, supostamente incidentes sobre a receita na venda de bens do ativo permanente. Foram apresentadas as respectivas defesas e os processos aguardam julgamento no âmbito administrativo, junto ao Carf. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R$108 milhões.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é composto por 164.245 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2020 é composto por 84.951 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

Em 13 de julho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Santander Leasing o grupamento de ações representativas do seu capital social à razão de 130.000 ações para 1 ação da mesma espécie. Em virtude do grupamento, o número de ações representativas do capital social da Santander Leasing foi alterado para 84.951 ações ordinárias e sem valor nominal, tendo sido canceladas eventuais frações de ações. A referida AGE foi homologada pelo Bacen em 12 de agosto de 2020.

Em 27 de maio de 2021, a Santander Leasing aumentou o capital social no montante de R$5.365.189, passando o capital social para R$10.085.219, mediante a emissão de 79.294 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado por meio de cessão da totalidade das ações que detém no Bandepe (Nota 1.b).

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Tendo em vista que os dividendos a título de Juros sobre capital próprio excederam o valor mínimo obrigatório dos dividendos estatutários, não está sendo considerada a apropriação de qualquer dividendo adicional sobre o lucro líquido do exercício.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária
2020		
Dividendos [1]	4.463	0,5253617
2021		
Dividendos [2]	21.235	0,0271728

(1) Em 25 de maio de 2021 foram pagos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$4.463, provisionados em 31 de dezembro de 2020 e aprovados na Assembleia Geral e Ordinária de 30 de abril de 2021.
(2) Em 31 de dezembro de 2021, foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios a serem submetidos a aprovação.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será destinado 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2021, no valor máximo de R$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

A Santander Leasing pode efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, seu controlador, publicada na página de Relações com Investidores.

São consideradas partes relacionadas da Santander Leasing:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, a Santander Leasing possua participação societária qualificada;

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

- pessoas jurídicas nas quais a Santander Leasing possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com a Santander Leasing.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 164.245 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país, equivalentes a 100% do capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	**01/01 a 31/12/2021**	01/01 a 31/12/2020
Disponibilidades (Nota 3)	**7.853**	**10.949**	**-**	**-**
Banco Santander [2]	7.853	10.949	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4)	**50.418**	**221.843**	**4.255**	**40.122**
Banco Santander [2]	50.418	221.843	4.255	40.122
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**79.387**	**79.387**	**-**	**-**
Banco Santander [2]	79.387	79.387	-	-
Relações Interfinanceiras	**(1.807)**	**(2.767)**	**(350)**	**(2.444)**
Banco Santander [2]	(1.807)	(2.767)	(350)	(2.444)
Depósitos	**(298.548)**	**-**	**(6.133)**	**-**
Banco Santander [2]	(298.548)	-	(6.133)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 11)	**(326.202)**	**(312.469)**	**(13.733)**	**(9.656)**
Banco Santander [2]	(326.202)	(312.469)	(13.733)	(9.656)
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(21.235)**	**(4.463)**	**-**	**-**
Banco Santander [2]	(21.235)	(3.507)	-	-
Banco Bandepe	-	(956)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas [1]	**-**	**-**	**(1.240)**	**(3.284)**
Banco Santander [2]	-	-	(1.240)	(3.284)

(1) Referem-se a despesas administrativas - convênio operacional (Nota 16).
(2) Controlador da Santander Leasing (Nota 15.c).

16. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Serviços do Sistema Financeiro	2.507	3.066
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	3.113	4.121
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 15.d)	1.240	3.284
Seguros	1.790	2.170
Propaganda e Publicidade	1.414	-
Doações	1.335	66
Custas Judiciais	578	844
Outras	128	242
Total	**12.105**	**13.793**

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

17. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Atualização de Depósitos Judiciais	22.632	17.564
Atualização de Impostos a Compensar	6.651	3.906
Recuperação de Encargos e Despesas	2.009	23.446
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	14.679	560
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.152	1.940
Outras	45	217
Total	**47.168**	**47.633**

18. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 13.c)	4.553	151.549
Cíveis (Nota 13.c)	26.576	13.157
Atualização Monetária	7.011	5.029
Revisão Atualização de Depósito Judicial	3.144	53
Gravame e Recadastramento no Detran	1.330	19
Comissões de Fiança	514	504
Gastos com Contratos em Atraso	333	330
Impostos não compensados	-	442
Outras	3.490	2.116
Total	**46.951**	**173.199**

19. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação em leilões de bens retomados e quitação antecipada pelo arrendatário em prazo inferior a 24 meses do início do contrato de arrendamento.

20. Outras Informações

Comitê de auditoria

Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Administração monitora os efeitos da pandemia do COVID-19 que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados.

A Santander Leasing mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Até a data desta divulgação, a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve resultados não recorrentes.

Cancelamento do registro da Companhia na Comissão de valores Mobiliários (CVM)

Em 29 de dezembro de 2020 a Santander Leasing recebeu através do Ofício nº 388/2020/CVM/SEP/GEA-1 da CVM o deferimento do pedido de cancelamento do registro de companhia aberta na categoria "B".

Composição da Administração

Diretoria

Diretor Presidente

Angel Santodomingo Martell

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Antonio Pardo Santayana Montes

Contador

Diego Santos Almeida - CRC Nº 1SP 316054/ O-4